

Casa do Seguro na COP30: programação intensa pelo futuro sustentável do setor

**[Todos os debates serão transmitidos ao vivo no canal da CNseg no YouTube](#)** e ficarão arquivados para consulta. O endereço da Casa do Seguro é Tv. Alferes Costa, 2828, Pedreira - Belém/PA

- A Casa do Seguro chega à COP30, em Belém (PA), oferecendo, por 11 dias, uma programação abrangente de debates, iniciativas sociais e experiências inovadoras que posicionam o setor de seguros como protagonista da agenda climática global
- Instalada próxima ao espaço oficial da COP30, em área de 1,6 mil m<sup>2</sup>, a Casa funcionará como centro de conhecimento, diálogo e ação, reunindo plenária com capacidade para 100 pessoas, salas de reunião, business lounges, estúdio de podcasts, espaço de imprensa, convivência e exposições culturais
- O projeto valoriza práticas ambientalmente responsáveis, incluindo evento neutro em carbono, resíduo zero e uso eficiente de recursos e mão de obra local

### **Programação diária da Casa do Seguro - eventos de 10 a 21 de Novembro**

Cada dia trará painéis temáticos, fóruns e iniciativas dos principais atores do setor:

- **10/11 (Bradesco Seguros)**  
Painéis sobre Mudanças Climáticas e Saúde, Soluções para o Clima e O papel global do seguro na sustentabilidade.
- **11/11 (AXA, Fórum de Clima, Vida e Longevidade)**  
Debates sobre impactos climáticos na saúde e novos paradigmas para seguros sustentáveis.
- **12/11 (Allianz, Fórum de Finanças Sustentáveis)**  
Destaque para cidades resilientes, modelagem climática avançada e o papel estratégico do setor financeiro na transição climática.
- **13/11 (Tokio Marine, Fórum Indústria Automotiva)**  
O futuro da transição energética, descarbonização e economia circular na indústria automotiva.
- **14/11 (Caixa Seguridade, Diálogos COP30)**  
Compromissos com a Agenda 2030, fundos de previdência climática e painéis sobre soluções baseadas na natureza.
- **15/11 (Prudential, COP30 Global Summit)**  
O seguro como agente de resiliência social e estratégias para uma transição econômica justa e inclusiva.
- **17/11 (Porto, Fórum de Cooperativismo)**  
Enfoque na gestão de riscos climáticos em cooperativas e proteção à produção rural.
- **18/11 (Mapfre, Fórum de Infraestrutura Sustentável)**  
Riscos climáticos, mercado de carbono e o seguro como instrumento estratégico de proteção aos investimentos em infraestrutura.
- **19/11 (Marsh McLennan, Fórum Cidades Resilientes)**  
Inovação em transporte, infraestrutura verde e governança digital para cidades preparadas à transição climática.
- **20/11 (BB Seguros, PAPEL DO SEGURO NO AGRO)**  
Integração entre ciência climática e práticas regenerativas para transformação do seguro agrícola.
- **21/11 (Global Summit, Liderança Latino-Americana)**  
Compromissos e ações para acelerar a ambição climática do setor.

### **Destaques e lançamentos oficiais na Casa do Seguro**

- Guia para Transição Justa na América Latina e Caribe (15/11)
- Ferramenta de Avaliação de Riscos Climáticos (19/11)
- Ferramenta de Conformidade Socioambiental para Seguro Rural (20/11)

## [Conheça a programação completa da Casa do Seguro na COP30](#)

---

Revista de Seguros e COP30: entrevista com a ministra Marina Silva

**Por:** Tiago Pegon e Vagner Ricardo

- Os preparativos para a COP30, a retomada das doações ao Fundo Amazônia e os futuros passos da bioeconomia são alguns dos assuntos comentados pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em entrevista exclusiva dada à Revista de Seguros no ano passado
- A COP30 servirá para avaliar a execução das propostas aprovadas nas duas últimas COPs e, ainda, validar novas iniciativas para barrar o avanço da temperatura do planeta
- O papel das seguradoras em um ambiente de caos climático, o desmatamento e seu combate no País e o Plano de Transformação Ecológica, que reunirá dezenas de iniciativas até a COP30 para discussão, são outros tópicos alinhados com o propósito de transformar o País numa potência da economia verde

### [Visite o site da Revista de Seguros e acesse o conjunto de edições da principal publicação do mercado segurador brasileiro](#)

#### **Como a sra. avalia a participação brasileira na COP28, realizada em Dubai no fim de 2023? Os objetivos foram atingidos?**

**Marina Silva** — As convenções da ONU deliberam por consenso absoluto, isso dá força às decisões, mas, ao mesmo tempo, demanda negociações muito longas, quando envolve temas globais. No caso da Convenção do Clima, a dinâmica das negociações prevê a continuidade do debate sobre mecanismos de implementação das decisões, como, por exemplo, a doação de repasses anuais dos países ricos para que os países em desenvolvimento enfrentem os efeitos da emergência climática. É uma decisão do Acordo de 2015 que ainda não foi cumprida. Enquanto isso, a indústria petrolífera, principal contribuinte das emissões de GEE, mobiliza investimentos anuais entre US\$ 4 a US\$ 6 trilhões. Porém, a COP28 de Dubai foi marcante por alguns motivos: foi aprovada a candidatura do Brasil para sediar a COP30; pela primeira vez, os combustíveis fósseis foram tratados no âmbito da Convenção do Clima e, entre os objetivos globais, há o compromisso dos países em eliminar os combustíveis fósseis e alcançar a neutralidade climática até 2050; por fim, houve a aprovação do Relatório de Balanço do Acordo de Paris, que demonstrou a gravidade da crise climática e a necessidade de os países cumprirem seus compromissos climáticos em dois trilhões: cortes de emissões e ajuda às nações em desenvolvimento, o que originou o documento “Missão 1,5°C”.

#### **Olhando para a COP 29, que foi realizada em novembro no Azerbaijão, o que o Ministério levou de projetos e discussões? O evento foi uma espécie de preparatória para a edição de 2025, em Belém?**

Em fevereiro deste ano (2024), tivemos uma reunião com os Emirados Árabes e o Azerbaijão, da qual resultou a decisão de implementar o acordo da COP28 por meio da “Missão 1,5°C”, garantindo continuidade entre as edições 28, 29 e 30 da COP. O esforço é fazer a conexão entre meios de implementação e modelos de desenvolvimento cada vez mais resilientes e de baixo carbono.

#### **Como está o planejamento e a estruturação da COP30 e quais serão as linhas de discussão do evento? Com a Região Norte sediando o encontro, haverá mais doações ao Fundo Amazônia nos próximos anos?**

A preparação da COP30 desdobra-se na questão logística da cidade de Belém para receber os países-membros da Convenção do Clima e suas delegações, que são da alçada do país anfitrião. Temos trabalhado em sintonia com o Governo do Pará e criamos um Grupo de Trabalho, coordenado pela Casa Civil com participação do MMA, que se dedicará a esses preparativos desde o primeiro semestre de 2025 [n.e.: a entrevista foi concedida em 2024]. As linhas de discussão se darão em torno de mitigação, adaptação à emergência climática e transformações necessárias para

cumprir a meta do Acordo de Paris, além de desenhar o mapa do caminho para a neutralidade climática até 2050. A escolha de uma capital amazônica para receber as 198 nações da Convenção do Clima é importante para que os líderes mundiais tenham contato e experiências com a floresta, os rios, os povos e a Amazônia urbana, representada por Belém. O presidente Lula também tem se manifestado sobre recepcionar os líderes dos países na região e oferecer a eles a oportunidade não apenas de ouvir, mas também de ver e sentir a Amazônia.

### **O MMA está na linha de frente da Iniciativa Global de Bioeconomia do G20. Por que a bioeconomia é vista como estratégica?**

A bioeconomia é estratégica porque, diferentemente da economia tradicional, é um sistema econômico que utiliza recursos biológicos renováveis para produzir bens, serviços e energia de forma sustentável e eficiente. Em um planeta que está vivendo seus limites, é estratégico buscar ciclos econômicos que contribuam para manter a geração de riquezas vigorosa e com uma distribuição mais justa. O Brasil investiu fortemente na discussão da bioeconomia no G20, que resultou na definição de princípios de alto nível sobre o tema. Mas, além dessa ação no nível conceitual, trabalhamos no apoio e no financiamento de cadeias produtivas que usam sustentavelmente a biodiversidade brasileira, com suporte de pesquisa e inovação, ordenamento jurídico e valorização do conhecimento das populações tradicionais sobre os princípios ativos manejados ancestralmente por essas populações.

### **O Brasil vai ser a sede da COP30 no ano seguinte ao G20 no País. De que forma esses encontros podem materializar ações em prol da mitigação das mudanças climáticas?**

São eventos naturalmente complementares, que se retroalimentam. Os acordos do G20 exigem tomadas de decisão mais dinâmicas, por ser um grupo menor — porém, os temas convergem e os desafios e as soluções estratégicas também. Por exemplo, as soluções para o uso sustentável da biodiversidade, a proteção das florestas e a inclusão dos povos e comunidades tradicionais, guardiães históricos da biodiversidade ao longo do planeta, são soluções transversais às discussões de ambos os eventos, e essa agenda tem impacto estruturante na mitigação das mudanças climáticas.

### **Considerado a maior iniciativa de redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal (REDD+) do mundo, o Fundo Amazônia atingiu R\$ 1,3 bilhão para projetos e chamadas públicas em 2023, um recorde de recursos depois de quatro anos sem aprovação de novas ações. Ao que se deve essa retomada e quais os projetos mais relevantes no uso desses recursos?**

A imprensa noticiou largamente, ao final de 2022, que os doadores tradicionais do Fundo Amazônia consideravam haver a retomada na credibilidade do País para o uso correto das doações, bem como a adesão de novos doadores. O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), que eu presido como ministra do MMA, aprovou, em julho de 2023, as diretrizes para financiamento de projetos. Foram considerados os diagnósticos sobre o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia — (PPDAm) e no Cerrado — PPCerrado; os investimentos estratégicos para chegar ao desmatamento zero até 2030 e as prioridades para a atuação do Fundo até julho de 2025. As diretrizes de financiamento contemplam sete itens: promover a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva; avançar na destinação para conservação, recuperação e uso sustentável das florestas públicas; resgatar e fortalecer o Cadastro Ambiental Rural; firmar parcerias com estados e municípios na governança ambiental; promover a regularização fundiária e ambiental; apoiar atividades produtivas sustentáveis por meio da promoção de oportunidades e instrumentos econômicos para reduzir o desmatamento ilegal; e manter os esforços concentrados necessários à realização da COP30, em 2025.

### **Como está a estruturação do fundo e o que o MMA espera que contribua nesse processo de transição climática?**

O Mecanismo Floresta Tropicais para Sempre (TFFF) é um fundo de investimento que visa mobilizar recursos de fontes públicas e privadas em grande escala para remunerar os países tropicais pela manutenção e expansão da cobertura florestal nativa, com pagamentos fixos e previsíveis. É um mecanismo de investimento que pagaria as nações tropicais por desempenho — medido por meio de sistemas de monitoramento de alta confiabilidade. No Brasil, o TFFF é um processo que vem sendo conduzido em conjunto com dois grupos de países: os florestais, potencialmente elegíveis para acesso ao recurso, como é o caso de Colômbia, Ghana, Indonésia, Malásia e Congo e alguns países investidores, como Alemanha, França, Noruega, Reino Unido, Emirados Árabes e Estados Unidos.

### **O Plano de Transformação Ecológica planeja reunir dezenas de iniciativas até a COP30. O País pode se tornar o centro da economia verde, com desenvolvimento sustentável e combate à desigualdade? O setor de seguros pode ser um agente de apoio a estas ações?**

O Plano é uma medida frente ao modelo econômico que se caracteriza pelo uso intensivo de recursos naturais, expressiva emissão de gases de efeito estufa e degradação do meio ambiente com a concentração de resultados financeiros em benefício de uns poucos e uma larga distribuição dos prejuízos ambientais, impacto na saúde e o peso da emergência climática. É um contexto que exige comprometimento com a democracia, a ética e a justiça social. As linhas de atuação do Plano significam aproveitar de forma sustentável e inclusiva as vantagens comparativas do País, valendo-se de inovação tecnológica, infraestrutura adequada à conservação dos ativos naturais e aproveitamento das fontes de energias renováveis e da riqueza de sua biodiversidade, como top no ranking mundial.

O setor de seguros está dentro das possibilidades de atuação da sociedade nesse esforço, pois as soluções governamentais são orientadas para receptionar a parceria com setores da sociedade e se submeter também e com transparência nossas ações ao controle social. Ademais, em virtude dos crescentes episódios causados pelos extremos climáticos, as seguradoras têm papel relevante na transição para uma nova economia e na adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, protegendo e reduzindo danos materiais resultantes deste processo.

### **Sobre o mercado regulado de carbono e a criação de uma taxonomia sustentável, quais iniciativas poderão se materializar?**

O Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira — (CITSB) tem um Comitê Consultivo com representantes da academia, setores de produção econômica e do sistema financeiro, organização sindical, movimento social e terceiro setor, para que as categorias e as normas da taxonomia reflitam a dinâmica viva das atividades da sociedade no campo econômico e os interesses e perspectivas de seus atores sociais. É dessa interação entre os Comitês que surgirão as propostas a serem receptionadas nas instâncias decisórias e no corpo jurídico da Taxonomia. Neste momento, a expectativa é que tão logo os dois instrumentos estejam vigentes, tenhamos um ambiente de segurança jurídica para construir um ambiente de negócios com instrumentos institucionais e confiáveis para que o setor privado possa participar dos esforços de enfrentamento da emergência climática.

### **Como o MMA vem enfrentando o controle do desmatamento e a reestruturação de instituições ambientais?**

Às condições naturais desta estação do ano somam-se as condições alteradas pela emergência climática, como seca, ventos, biomassa disponível e alteração nos índices de umidade das florestas, o que faz surgir um tipo de desmatamento criminoso, que são os incêndios intencionais que causam prejuízo para a cobertura vegetal natural, os plantios, a fauna, a saúde das pessoas e a economia em geral. O MMA, outros ministérios, os governos federal, estaduais e municipais têm enfrentado o fogo com brigadistas, aviões e maquinário terrestre, além de investigações da Polícia Federal. Temos trabalhado nos planos de prevenção e controle do desmatamento nos biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. O arranjo institucional desses

planos envolve até 19 pastas ministeriais sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Além dos projetos especiais, há a fiscalização do Ibama e do ICMBio nas Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas.

No que diz respeito à reestruturação institucional, foi publicada a nova estrutura do Ibama e, em breve, do ICMBio e do próprio MMA. Fizemos contratações do cadastro de reserva para o MMA, ICMBio e Ibama, no primeiro semestre, e foram aprovados novos concursos para o Ibama, o ICMBio e o Jardim Botânico, tanto em 2024 quanto em 2025. A reestruturação das instituições da área ambiental e a ampliação da capacidade de trabalho delas são formas de agilizar o cumprimento das missões institucionais respectivas e, portanto, de enfrentar o desmatamento com maior efetividade.

**Fonte:** CNseg, em 06.11.2025